

**PARTICIPAÇÃO DA UFSC NO PROJETO RONDON 2005:
DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA – AM**

João Carlos Souza

Diretor do Departamento de Apoio à Extensão da UFSC
jcsouza@reitoria.ufsc.br

Introdução

O objetivo primordial do Projeto Rondon é, e sempre foi, criar uma consciência de brasilidade nos jovens universitários de todo o País. Somente conhecendo o Brasil é que estes jovens, que amanhã serão os líderes da nação, terão condições de avaliar o potencial de nossa terra e de ficarem atentos aos interesses que outras nações tem no nosso território e especialmente na Região Amazônica. Além dos imensos recursos minerais, temos boa parte da biodiversidade do planeta, que provavelmente esconde incontáveis remédios, hoje desconhecidos, e, principalmente, temos a maior reserva de água doce que, no futuro será, talvez, a mais importante moeda de negociação.

É necessário que a juventude brasileira esteja ciente de que a primeira linha de defesa, na batalha pela nossa soberania, está na cabeça pensante das pessoas que estudam e trabalham em nossas universidades. Se estas cabeças não estiverem convencidas que o Brasil pode e deve ser governado pelos brasileiros, de nada adiantará termos as mais bem treinadas forças armadas, dispostas a se sacrificarem pela defesa da pátria, pois a batalha já estará perdida.

A equipe que a Universidade Federal de Santa Catarina enviou para participar da Etapa Diagnóstico do Projeto Rondon, ano 2005, foi instruída a não interferir, sob hipótese alguma, no modo de vida das populações que visitaria, a respeitar os costumes locais, a estar ciente que aquelas pessoas vivem ali há centenas de anos, convivendo com um meio-ambiente que para nós pode parecer hostil, mas para eles é apenas a extensão de suas casas, a não prometer coisa alguma, enfim, foi instruída que deveria entrar na Amazônia muito mais para ouvir do que falar, muito mais para observar do que para opinar, muito mais para aprender do que para ensinar.

Nossa função foi abranger o máximo de problemas enfrentados pelos habitantes para que sejam colocados como metas para o governo tomar conhecimento. O objetivo é dar novas opções de vida sem interferir nos costumes. Incentivar a continuidade dos costumes tradicionais e desenvolver pesquisas sobre os conhecimentos indígenas. Fazer com que o modo de vida antigo selvagem se entrelace com o padrão de vida criado nas cidades.

Seleção da Equipe da UFSC

Tomamos conhecimento que o Projeto Rondon seria retomado no 2º Congresso de Extensão Universitária, que se realizou em Belo Horizonte em setembro de 2004. Naquela ocasião, uma equipe formada por representantes do Ministério da Defesa e do Ministério da Educação apresentou para o Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras o planejamento inicial da Operação Nacional do Projeto Rondon 2005 e solicitou apoio e sugestões para a operacionalização.

Em outubro foi lançado o edital e em novembro foi feita a seleção das Universidades que participariam da primeira etapa do Projeto Rondon em janeiro de 2005. No edital estava previsto que as IES deveriam formar equipes com um professor e quatro alunos de cursos de graduação. Cerca de 120 universidades brasileiras se inscreveram, algumas propondo o envio de mais de uma equipe, porém o edital previa que apenas 40 equipes seriam convocadas. A comissão de seleção optou por determinar que cada universidade participaria com uma única equipe, assim apenas 40 universidades tiveram a honra de participarem do relançamento do Projeto Rondon, sendo a UFSC uma delas.

Quando do envio das propostas, já havia sido necessário que os integrantes das equipes estivessem selecionados, pois o currículo do professor e os históricos escolares dos estudantes deveriam estar anexados ao processo. Por determinação do Reitor, à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão coube a missão de organizar a participação da UFSC no Projeto. A primeira decisão tomada foi que proporíamos apenas uma equipe. O desafio seguinte passou a ser o processo de escolha do professor ou professora que lideraria o grupo e a escolha dos estudantes.

Para a seleção dos alunos, tomou-se como base a sua experiência anterior em atividades de extensão em comunidades carentes, o desempenho escolar e a diversidade dos cursos. Foram escolhidos: um aluno do curso de filosofia, Alex R. Carniel, um aluno do curso de farmácia, João Ricardo Silveira e dois alunos do curso de arquitetura, Marina Abati e Fernando Hayashi.

Viagem e Treinamento da Equipe da UFSC

A organização do Projeto Rondon determinou que as equipes se concentrariam em locais chave e, dali, partiriam para Manaus. Os locais escolhidos foram: Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Recife.

Na noite de 14 para 15 de janeiro seguimos de ônibus até São Paulo, onde, juntamente com mais 95 professores e alunos de universidades do sul e do sudeste, apanhamos um avião Hercules da FAB e partimos para Manaus, reunindo-nos com os demais participantes do Projeto Rondon. Logo após a chegada, fomos distribuídos em diversos quartéis da capital amazonense. Tivemos uma recepção calorosa, com direito a desfile da tropa e discursos de boas vindas. No próprio dia 15 foi feita a primeira reunião com os coordenadores e distribuído o material para os rondonistas.

No dia 16 assistimos uma série de palestras sobre a origem do Projeto Rondon, sobre o papel das Forças Armadas na Amazônia e sobre a economia do Estado do Amazonas. No dia 17 tivemos um treinamento sobre sobrevivência na selva. Inicialmente assistimos a palestras sobre doenças tropicas e sobre relacionamento com populações indígenas. Após, fizemos uma caminhada na floresta, onde conhecemos espécies da vegetação nativa que podem ser úteis em casos de emergência. Em seguida nos foram apresentados e pudemos experimentar diversos vegetais e animais que podem servir de alimento caso estejamos perdidos na floresta. O mais insólito alimento que provamos foi a larva de um inseto, o tapuru, que vive no interior de pequenos frutos de uma palmeira e que deve ser ingerido vivo e, para nossa surpresa, tem sabor de coco. Aprendemos também, sob um intensa chuva, a fazer fogo sem o uso de fósforos e como lidar com animais peçonhentos.

À noite, para descontrair, fomos assistir a um concerto no histórico Teatro Amazonas.

No dia 18, pela manhã, assistimos a uma palestra sobre a Zona Franca de Manaus e à tarde fomos conhecer o encontro das águas do Rio Negro com o Rio Solimões e visitar uma típica comunidade ribeirinha do Rio Amazonas. Dia 19 seguimos para São Gabriel da Cachoeira numa aeronave Búfalo, também da FAB. Chegamos na cidade por volta de 15:00 horas. Fomos recepcionados com um almoço no Clube dos Oficiais do Exército, num dos locais mais bonitos da região, com vistas para a “Praia” e as corredeiras que deram o nome à cidade, às margens do Rio Negro.

Na noite do dia 19 de janeiro fizemos o planejamento para a semana que ficaríamos em São Gabriel da Cachoeira. A seguir apresentaremos a descrição de nossas atividades naquela estratégica cidade para a nossa soberania na Região Amazônica.

Aspectos Observados em São Gabriel da Cachoeira

Depois do treinamento em Manaus, incluindo a ambientação na selva, fomos para São Gabriel da Cachoeira, município no qual, juntamente com a Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Universidade de São Paulo, Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, Universidade Federal da Paraíba, e Universidade Federal Fluminense passamos uma semana em atividades. Ficamos hospedados no 5º Batalhão de Infantaria na Selva, que nos forneceu toda a estrutura logística necessária para o trabalho.

São Gabriel da Cachoeira está situada no noroeste do estado de Amazonas, na região denominada “Cabeça do Cachorro”, devido a seu formato territorial. Dispõe de uma área: de 112.255 km² de extensão territorial, ocupando assim o posto de 2º maior município do Brasil; ocupa aproximadamente 7% do território do Estado do Amazonas. Apresenta clima quente e úmido, com temperaturas entre 22°C e 33°C; ocorre incidência de chuvas de abril a junho, e estiagem de setembro a novembro. A cidade fica a 90 metros de altitude; suas coordenadas são as seguintes: 0°07’56’’ de latitude Sul e 67°05’04’’ de longitude oeste. O território de São Gabriel da Cachoeira é cortado pela linha do equador. Faz fronteira com a Colômbia e com a Venezuela.

Estima-se que existam aproximadamente 17 mil habitantes na área urbana, além de 12 a 19 mil nas comunidades indígenas. Não se tem um levantamento preciso, porque, possivelmente, existam várias comunidades ainda não identificadas. Ressalta-se também que há um considerável fluxo de pessoas. 97% da população do município é de origem indígena (representando 10% da população indígena brasileira), constituindo ao total 22 etnias, as quais pertencem principalmente aos grupos lingüísticos tucano, aruak, maku, e yanomami.

Devido ao grande número de terras indígenas existentes no município, mais de 90% do território é demarcado e, portanto, sob administração federal, a atuação da prefeitura fica dificultada, pois sempre existe a dúvida sobre a responsabilidade de prestação de serviços. Às vezes não se define qual é a incumbência da Prefeitura e qual é a do Governo Federal. Um exemplo disto, e que nos deixou imensamente preocupados, é a questão da saúde. De acordo com o vice-prefeito, os moradores da sede municipal recebem atendimento através do SUS nos postos de saúde municipais, já os moradores das áreas rurais são atendidas por ONGs que recebem recursos do Governo Federal.

Boa parte da água disponibilizada para as residências do município provém diretamente do Rio Negro e de seus afluentes. Devido à grande quantidade de íons de ferro diluídos, esta água tem um aspecto amarelado e pouco apazível para o consumo. Há também a “água branca”, extraída dos oito poços artesianos, todos na sede do município. Nas comunidades rurais, a água utilizada para todos os fins provém diretamente dos rios ou de igarapés; em poucos locais observamos a existência de poços artesianos.

Praticamente tudo o que é consumido em São Gabriel da Cachoeira, inclusive a maioria dos gêneros alimentícios, vem de fora do município. Os comerciantes suprem seus estabelecimentos com produtos beneficiados, quase todos provenientes de fornecedores de Manaus.

Os servidores públicos e os militares são os principais responsáveis pelo movimento econômico na cidade, enquanto que nas comunidades rurais a economia é basicamente de subsistência. Os moradores do interior caçam, pescam, colhem frutos na mata e na roça; o pouco que sobra e mais algum artesanato, levam para a cidade, onde vendem obtendo

recursos para adquirir alguns produtos, geralmente gêneros alimentícios como sal, açúcar, óleo, feijão, arroz, além de fósforos e roupas.

Observamos que, a partir do momento do contato com o homem branco, o índio passa a esquecer os seus hábitos e tradições e passa a preferir o modo de vida daquele. Hoje, quase todas as vestimentas que o índio usa são idênticas às dos brancos e o idioma principal é o português. Poucas coisas da cultura original ainda restam: o índio ainda dorme na sua rede, algumas vezes come o que caça, as frutas que colhe, usa a água do rio, faz necessidades no mato, casa cedo, a mulher faz os trabalhos braçais domésticos e o homem trabalha na roça. Aquela vida, natural, que conservava tradições de música, de dança, de alimentação, de remédios da mata, de homens guerreiros, não existe mais. Com tristeza constatamos que os indígenas estão esquecendo o que havia de bom em sua cultura e estão absorvendo justamente o que a cultura dos brancos tem de ruim, o comodismo e o consumismo.

Os integrantes do projeto Rondon precisam estudar mais sobre a cultura local e a cultura de cada comunidade e desenvolver projetos educativos que incentivem a preservação da cultura daquela região. É inevitável o fato de que aparelho de CD seja usado em suas festas, por exemplo, mas é importante que se incentive a fabricação de seus instrumentos musicais rústicos, que se aprenda suas danças, que, a partir de conversas com os indígenas mais antigos, seja resgatada a cultura de cada tribo e mostre a eles o quanto isso é importante para valorizá-los.

Certamente não se pode querer manter o indígena longe da civilização, longe da televisão e da cultura do branco, uma vez que essa aproximação é um processo natural e inevitável. O que se pode fazer, através de programas educativos, é incentivar o indígena a conhecer, preservar e cultivar a sua cultura. As universidades, após conhecerem os programas de educação empregados na região, podem tentar auxiliar neste processo, com ênfase no aspecto cultural e no conhecimento dos potenciais dos remédios naturais.

Com questões relacionadas à saúde, o agente de saúde parece ser um alvo importante para o projeto, pois ele é a pessoa que é primeiramente procurada em caso de doença e ele pode ser mais bem preparado e melhor treinado em questões referentes a

tratamento de doenças, uso correto de medicamentos, prevenção de doenças, realização dos exames de malária etc.

Poucos médicos e dentistas são responsáveis por atender os 21 mil indígenas da região. Além de ser um número insuficiente de profissionais, há ainda a dificuldade de acesso às comunidades que, na grande maioria se dá através dos rios. Fica difícil sugerir algo em relação a isso via Projeto Rondon. Acreditamos que um atendimento médico esporádico dos estudantes, apenas durante o mês de realização do projeto, não parece estar próximo da solução. O incentivo para profissionais atuarem naquela área parece ser uma das necessidades imediatas.

Os habitantes desta região possuem um arsenal terapêutico muito grande em remédios naturais e parecem não estar estimulados a acreditar nisso e cultivar este conhecimento. Hoje seria muito difícil convencer os nativos a retornarem a prática do uso de medicamentos oriundos da floresta. Isto porque já se convenceram que os medicamentos dos brancos fazem efeito mais rápido e são mais seguros. Isto pode até ser verdade, porém está se perdendo uma grande fonte de conhecimento ao esquecerem totalmente as propriedades terapêuticas de algumas plantas.

A questão do alcoolismo é problema grave da região. Além dos indígenas envolverem-se em confusões com frequência, quando estão alcoolizados, eles também gastam grande parte do dinheiro que eventualmente conseguem obter para comprarem bebidas. Muitas vezes preferem comprar cachaça ao invés de alimentos. Muitos casos de desnutrição em crianças, como aqueles que atualmente vem acontecendo no Mato Grosso, têm origem nesta distorção de comportamento. Conscientizar as pessoas que já fazem o uso do álcool não é uma tarefa fácil, mas a conscientização dos jovens indígenas deve, obrigatoriamente, ser uma medida de necessidade emergencial.

Fazer qualquer projeto puramente assistencial como atendimento odontológico ou distribuição de medicamentos parecer ser algo que não trará benefícios em longo prazo. Antes mesmo de atuar na comunidade é necessário atuar no planejamento das ações e estar junto, acompanhando a fase de execução, não como fiscal, mas fazendo assessoria.

Em nossas visitas, não observamos pessoas com características de deficiência alimentar. Quase todas tinham um aspecto físico razoável. O que se notou é que, muitas

vezes, não há um bom equilíbrio nutricional na dieta normalmente ingerida. Sabe-se que o paladar dos indígenas não é muito receptivo à ingestão de frutas e verduras, preferem carnes e tubérculos e farináceos. De acordo com o Sr. Álvaro Tucano, da Comunidade Balaio, “-na mesa do índio não pode faltar o beiju, a farinha de mandioca e a pimenta, o resto é complemento”. No entanto, este tipo de alimentação pode levar a casos de desnutrição, principalmente em crianças.

Constata-se um considerável êxodo de famílias indígenas, que abandonam as suas comunidades para morarem na cidade. Como na cidade não há abundante oferta de empregos, principalmente para pessoas sem qualificação profissional, acabam se submetendo a trabalhos informais e temporários, sem consolidar vínculo empregatício. Felizmente, a maioria dessas pessoas deslocadas mantém pequenas lavouras de subsistência nas imediações do perímetro urbano, onde cultivam alguns gêneros alimentícios para suprir, pelo menos em parte, a necessidade básica de nutrição da família.

Uma questão alarmante levantada por moradores da cidade é o alto índice de prostituição, principalmente infantil: como nas comunidades indígenas a maioria das escolas mantém turmas apenas até a 4ª série do ensino fundamental, para continuar estudando até a 8ª série ou para cursar o ensino médio, muitas meninas e meninos têm de se afastar das famílias nas comunidades e se deslocar para a cidade. Essas crianças normalmente vão morar na casa de parentes ou amigos; ou vão trabalhar como empregadas domésticas. Sem a vigilância dos pais e procurando ganhar dinheiro para se sustentar na cidade, podem acabar caindo na prostituição.

As equipes que permaneceram em São Gabriel da Cachoeira puderam se confrontar com duas realidades diferentes – a das comunidades indígenas e a da cidade – e que, no entanto, são interdependentes entre si. Neste artigo separamos a descrição destas realidades e a partir deste ponto vamos nos ater ao que verificamos nas comunidades de origem indígena do interior do município.

Visitamos diversas comunidades indígenas da zona rural de São Gabriel da Cachoeira localizadas nas margens do Rio Negro: Monte Cristo e São Luis, à montante da cidade, e Arurá, Japuti e Taperera, à jusante. No interior do município, fomos na

comunidade do Balaio, situada a 100 km por estrada de terra da sede, no interior do Parque Nacional do Pico da Neblina.

Em nossas visitas às comunidades, procuramos observar todos os aspectos da vida cotidiana e coletar o maior número possível de informações, sem classificá-las. Além das informações “extras” que acabavam surgindo de conversas com os indígenas, com os próprios militares, com as entidades responsáveis ou até mesmo com conversas informais, procurou-se de forma sistemática observar os seguintes itens: aspectos relacionados à cultura, tais como preservação da língua e preservação dos costumes (música e dança) e aspectos relacionados à saúde e às condições sanitárias.

De maneira geral os indígenas mais velhos sabem falar a sua língua de origem. Nas comunidades que visitamos encontramos pessoas falando especialmente Tucano e Língua Geral. A preservação da língua é um problema, uma vez que os mais jovens estão mais habituados a falar português e nem todos sabem falar a sua língua de origem. Os mais velhos fazem queixas em relação à não preservação da língua, mas não parecem saber o que fazer para preservá-la. Quando questionados sobre religião, a maioria dos indígenas que conhecemos se dizia católica e dificilmente fazia alguma referência aos seus cultos nativos.

Os instrumentos musicais rústicos são escassos na maioria das comunidades, e somente alguns dos mais velhos sabiam utilizá-los. Hoje em dia a maior parte das comunidades utiliza aparelhos eletrônicos (CD) em dias de festa. Algumas poucas comunidades ainda utilizam o “Carriço” como instrumento musical durante a “Dança do Carriço”.

Quando questionados sobre quais eram as danças e as músicas tradicionais da comunidade, na maior parte das vezes não sabiam ao certo o que dizer. Quando diziam algo, normalmente era relacionado ao Carriço. Quando pudemos visitar uma comunidade que estava em festa, percebemos que a música que tocava no som eletrônico era o forró.

Em relação às festas comemorativas sempre era citado o dia 19 de abril, o dia do índio como principal festa. Não conseguimos saber se existem outras datas importantes ou outras celebrações.

Uma exceção aos comentários anteriores é a comunidade do Balaio. Nesta comunidade também há dificuldade para se preservar a língua, mas o tucano vem sendo

ensinado na escola da comunidade para as crianças. Nesta comunidade há uma preocupação maior em preservar a cultura indígena, os hábitos, as danças, a arquitetura e até as festas, como é o exemplo da festa das frutas que será realizada no próximo outono e pretende reunir várias comunidades.

A seqüência de organização das comunidades é sempre a mesma. As famílias escolhem os lugares onde fica a casa, a escola e o salão de reuniões, sem planejar muito. Os locais sempre eram bastante arborizados, geralmente com palmeiras e seus frutos, permitindo boa ventilação e barreira vegetal contra o sol. Como não era grande o número de habitantes das comunidades ribeirinhas, não existia o crescimento desordenado igual ao da cidade, mas, certamente se houvesse um aumento significativo das famílias, existiria uma desordem e um descontrole na organização do fluxo de pessoas dentro dos percursos da comunidade. Por isso, sempre há a necessidade de planejamento e ordem em qualquer que seja a concentração de moradores que formem uma comunidade. Sendo assim o futuro será melhor e o processo de desenvolvimento mais fácil e rápido.

A alimentação é basicamente composta de farinha de mandioca, beiju, peixes e carne de caça. Quando disponíveis, comem também frutos da floresta. As mulheres têm a função de preparar a farinha. Inicialmente devem ralar as raízes da mandioca, depois retirar o excesso de água usando o tipiti e, em seguida, torrar a massa numa grande chapa que fica sobre uma espécie de fogão à lenha. Caso ocorra excesso na produção de farinha, esta sobra é vendida para os comerciantes, gerando mais alguma renda.

Observamos que é muito fácil contrair doenças no contato direto dos pés com o chão. Ainda mais num local sem saneamento e com vivência mútua de pessoas com animais domésticos sem cuidados especiais, tornando o local de certo modo insalubre. Talvez uma solução seria evitar esse contato incentivando o uso de calçados. Em relação à higiene outro ponto visado é o destino dos dejetos humanos. Ao contrário das outras comunidades, Monte Cristo possui, perto da escola, uma casinha com uma fossa, no entanto, como ela fica relativamente distante das casas, é pouco utilizada pelos moradores. Eles preferem fazer suas necessidades no mato, deixando seus dejetos a céu aberto.

As comunidades pareciam ter o contato direto somente com os medicamentos convencionais e ser bastante dependentes deles para sobrevivência e bem estar,

praticamente não usam mais os produtos da floresta como remédio. No entanto os estoques de medicamentos encontrados nessa comunidade estavam num nível muito baixo e poderiam acabar a qualquer momento caso não fosse feita uma reposição.

Em todas essas comunidades perguntamos sobre o uso de medicamentos naturais e sempre eles disseram não conhecer muitas coisas. A maioria dos medicamentos usados pelos indígenas são aqueles fornecidos pelos brancos. Não nos pareceu que os moradores tivessem muitos conhecimentos sobre os remédios naturais, sub aproveitando o seu potencial. Em nenhuma das comunidades visitadas conhecemos algum pagé. Em alguns casos encontramos pessoas mais velhas que faziam benzeduras, porém estas não se consideravam como pagés, humildemente diziam que apenas tinham um dom diferente.

Sempre tivemos uma certa restrição sobre a pergunta relativa ao pagé. Não entendemos muito bem o porquê, mas parece que os nativos não gostam muito de falar sobre este personagem e também sobre os seus remédios naturais, talvez com receio ou desconfiadas de que estranhos queiram se apropriar de seu conhecimento. Com isso, fica difícil ter certeza se a figura do “pagé” existe na comunidade e quais as plantas são utilizadas por eles, se é que são. Apesar da dúvida, fica claro que eles possuem uma dependência muito grande nos medicamentos convencionais, afinal essa é a medida que eles consideram mais eficaz para tratar as doenças.

Nas comunidades visitadas é visivelmente bastante grande o número de crianças infectadas por verminoses e, provavelmente, o número de adultos não deve ser pequeno.

Além de serem realizados exames parasitológicos (que podem ser feitos com o mesmo microscópio que se faz o exame de malária) e de se fazer o tratamento profilático pelo menos duas vezes por ano em toda a comunidade é preciso se estudar e chegar a uma conclusão a respeito de qual medida deve ser tomada em relação ao saneamento básico, pois isso envolve também questões culturais. Quando se falava sobre esse assunto se ouvia dizer que: não tem como ensinar o indígena usar banheiro e beber água tratada, pois isso não faz parte dos hábitos dele. É claro que não podemos concordar com esta afirmação, o que se deve é explicar os malefícios que a falta de higiene produz e que pequenas mudanças de atitude não mudarão significativamente o modo de vida dos nativos. O caso é que a

incidência de doenças parasitárias é muito alta e isso com certeza afeta a saúde das pessoas, principalmente das crianças.

Sempre questionamos: o que fazem quando ficam doentes ou quando precisam de ajuda médica? Muitas vezes obtivemos a resposta: “-esperamos passar”. Se depois de algum tempo (às vezes até algumas semanas) não ocorrer melhora significativa, então procuram a ajuda do escritório ou posto da FUNAI mais próximo.

De acordo com o que pudemos observar, a maior parte dos indígenas não possui hábito de escovar os dentes, porém nenhum deles reagiu com estranheza à pergunta sobre escovação, o que indica que eles já vêm recebendo informações sobre o assunto. O problema parece estar no fato de eles não terem noção da importância deste hábito, já que essencialmente esse não é um costume deles. Também é um agravante da situação a falta de escovas e de pasta de dente.

Na maior parte das comunidades, dizem que estão precisando de dentista. Segundo os moradores, serviria se o odontólogo fosse lá “apenas para extrair os dentes”. Evidentemente, este tipo de atendimento não é interessante. O que eles realmente necessitam é de cuidados profiláticos e não apenas curativos, pois assim o problema se perpetua.

Sobre as condições que realizam o parto, a resposta é que não possuem conhecimento sobre assistência pré-natal. Realizam o parto em casa, algumas com e outras sem ajuda de parteira. Cortam o cordão umbilical com faca ou tesoura, alguns sem conhecer nada sobre esterilização.

Em quase todas as comunidades há um grande contato entre as jovens da comunidade e as pessoas da cidade. Então fizemos perguntas relacionadas ao conhecimento sobre doenças sexualmente transmissíveis-DSTs, e nenhum dos agentes de saúde relatou ter conhecimento da ocorrência de algum caso. Também não parecem ter muito conhecimento sobre o perigo das DSTs e muito menos a forma de preveni-las. Este contato com as pessoas da cidade também fica evidente pela ocorrência comum de crianças loiras entre os nativos.

No retorno da comunidade de Monte Cristo, visitamos o posto que a FUNAI mantém na foz do rio Uaupes. Tivemos a oportunidade de conversar com o senhor Carlos,

que nos atendeu na sede da Funai, e entender um pouco do modo de vida das comunidades da região do alto Rio Negro.

A principal função deste posto da FUNAI é fiscalizar a carga das embarcações que sobem o rio Uaupes, a fim de evitar o contrabando de bebidas alcoólicas e controlar o acesso de pessoas não autorizadas. Segundo o Sr. Carlos, a cachaça é um dos principais problemas enfrentados pela FUNAI. Muitas tribos fazem compras de aguardente para suas festas e até para o consumo diário. Às vezes deixam de comprar comida e gastam o pouco dinheiro que obtém com bebidas. Outro dado interessante, de acordo com o Sr. Carlos, é o número de estrangeiros que visitam a região, todos devidamente autorizados. Ele afirma que não se sabe o que esses visitantes vem fazer na região.

Os indígenas enfrentam dificuldades diárias, praticamente não possuem recursos financeiros para suprir suas necessidades de roupas e de produtos para higiene e limpeza. Apesar de estarem ao lado de uma floresta, cheia de recursos para a sobrevivência, os costumes dos brancos acabam prevalecendo, o que faz com eles, aos poucos, fiquem cada vez mais dependentes das ações do governo, de ONGs e de Fundações para sobreviver.

Mesmo aparentemente já não demonstrando muita confiança nos remédios naturais, os indígenas ainda fazem questão em usá-los como auxiliares no tratamento de picadas de cobra e também algumas outras poucas enfermidades de menor gravidade. A questão da mordida de cobra merece reflexão, pois, surpreendentemente neste caso, os nativos ainda se apegam às velhas tradições e somente procuram a ajuda de médicos quando a situação do enfermo já é desesperadora e, quase sempre, irreversível. A pessoa picada é afastada de todos os demais moradores da aldeia, é levada para a floresta ou para uma casa afastada, somente o curandeiro e um ajudante tem acesso ao paciente, que é tratado com remédios naturais e muitas rezas. Mulheres grávidas ou menstruadas das não podem nem se aproximar do doente; acreditam piamente que se isto acontecer, toda possível melhora será revertida e ele estará condenado a morrer.

Os moradores parecem estar cientes da necessidade de recursos sanitários, porém possuem poucas privadas e quase todos os habitantes ainda defecam no mato. Como geralmente caminham com os pés descalços, estão propensos a contraírem diversas doenças

parasitárias. Segundo os líderes da comunidade, já se tentou implantar um sistema de fossas sépticas, porém os nativos não se habituaram a usá-los.

Feita a descrição dos aspectos que observamos na sede municipal e nas comunidades rurais de São Gabriel da Cachoeira, passaremos a seguir a apresentar nossas conclusões e nossas propostas de trabalho para as futuras equipes do Projeto Rondon.

Propostas de Atuação

Nas comunidades indígenas é necessário que seja feito um trabalho de esclarecimento sobre hábitos de higiene e limpeza, a fim de que as verminoses e outras doenças mais fáceis de serem prevenidas aconteçam com menor frequência nos moradores da região. Além disso, instruções sobre a saúde bucal poderiam ser dadas, uma vez que são muitos os casos de cáries nos moradores destas localidades. Equipes com alunos dos cursos do Centro de Ciências da Saúde poderiam percorrer as comunidades dando instruções sobre este tema

Em algumas comunidades existe o problema da desnutrição. Equipes de Nutrição e Agronomia poderiam trabalhar em conjunto para introduzir e ensinar técnicas de plantio de alimentos que faltam ao seu cardápio. Além disso, instruções sobre como cuidar e usufruir melhor de alguns animais com os quais não estão acostumados, como gado bovino e caprino e algumas aves, são necessárias.

A volta da feira livre na cidade de São Gabriel da Cachoeira, onde os produtores possam vender diretamente seus produtos, pode ser uma solução para acabar com a injustiça do baixo preço pago aos indígenas pelos seus produtos. Desta forma, eles mesmos poderão fazer o preço de revenda do que comercializarem. Os alunos dos cursos do Centro Sócio-Econômico teriam aí um grande campo de atuação.

Embora a FOIRN (Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro) já estabeleça um trabalho de cooperativa para vender o artesanato indígena, este trabalho deveria ser estendido a mais comunidades, e a mais mercados de venda, dando oportunidade de trabalho a mais pessoas e agregando valor pela venda de uma grande gama de produtos sob o mesmo selo. Também nesta área os alunos dos cursos do Centro Sócio-Econômico poderiam prestar uma grande contribuição.

O indígena vem perdendo o orgulho de suas tradições e cultura, e um resgate e valorização destas pode trazer muitos resultados positivos. Neste campo poderiam atuar os alunos do Centro de Filosofia e Ciências Sociais.

Os seus sistemas construtivos próprios, por exemplo, muitas vezes se mostram muito mais adaptados para a região Amazônica do que o sistema convencional do “homem branco”. O incentivo a esse tipo de técnica construtiva, bem como a plantação próxima às comunidades das fibras necessárias para este trabalho (como a de piaçava) podem resultar em construções bem mais confortáveis do que as que estão sendo construídas, algumas vezes com telhas metálicas e sem forro, que se tornam insuportavelmente quentes. Estudar estes sistemas poderia ser uma tarefa para os alunos dos cursos de Arquitetura e Engenharia Civil.

Os estudantes dos cursos do Centro de Educação poderiam atuar propondo a melhoria das escolas nas comunidades, além de um trabalho para que estas possam oferecer o maior número possível de séries, para que o jovem não precise sair da comunidade para concluir os ensinos fundamental e médio (ou que tenha a possibilidade de concluí-los, caso não pensasse em sair), pode ser uma alternativa para combater os problemas que surgem com estes estudantes longe de casa, defronte a uma realidade muito diferente da sua, como o álcool, drogas e prostituição.

Assessoramento para a implantação de um Plano Diretor para nortear o crescimento da cidade e estratégias para o seu desenvolvimento, estabelecendo prioridades, podem ser de incumbência de equipes de Arquitetura e Urbanismo. Além disso, trabalhos de incentivo a construções com melhor desempenho térmico poderiam ser realizados a fim de economizar energia e preservar o meio ambiente.

Também podem ser feitas propostas de revitalizações e reorganizações de alguns espaços da cidade, a fim de valorizá-los, além de prepará-los para um futuro crescimento da cidade. Um trabalho de paisagismo nas áreas públicas também poderia ser feito, uma vez que neste aspecto a cidade ainda é muito pobre.

Por esses motivos devem-se utilizar artifícios para planejamento da cidade criando mapas da região, fazer o levantamento dos níveis do terreno (fotogrametria) e identificar pontos preciosos que podem ser explorados de maneira que valorizem a cidade

(afastamento do aterro, limitação de regiões impróprias e insalubres para moradia e assim como pontos de valor turístico). São Gabriel da Cachoeira está em processo de crescimento, portanto é muito importante, desde agora, preocupar-se com seu patrimônio histórico e sua organização. Assim tem-se uma cidade que pode desenvolver melhor seus potenciais posteriormente.

A questão da energia poderia ser um ótimo tema para ser desenvolvido pelos alunos dos cursos de Engenharia Elétrica e de Engenharia Mecânica. São Gabriel localiza-se quase na linha do equador, o que lhe garante um índice de insolação bem acima da média do restante do País. O aproveitamento da energia solar para transformá-la em energia elétrica deve ser uma alternativa que merece muita pesquisa, principalmente no norte do Brasil.

Além das sugestões listadas acima, as seguintes atividades também poderiam ser executadas pelas equipes de estudantes nas próximas edições do Projeto Rondon, especificamente no município de São Gabriel da Cachoeira:

- Instruir os professores da rede municipal de ensino sobre a elaboração do projeto político-pedagógico de suas respectivas escolas;
- Fornecer formação complementar, através de capacitações, em todas as áreas do currículo, aos professores da rede municipal de ensino que não têm acesso aos cursos superiores oferecidos pela UEA;
- Desenvolver, em conjunto com os membros das comunidades, propostas para resgate da cultura e/ou tradição daquele povoado, usando o ambiente escolar também para atividades relacionadas à educação não-formal.
- Oferecer oficinas sobre sexualidade – DST aos jovens, principalmente da área urbana;
- Oferecer palestras sobre planejamento familiar, abordando temas sobre saúde, educação, trabalho, economia etc;
- Desenvolver oficinas para conscientizar os membros das comunidades sobre os malefícios do consumo exagerado de bebidas alcoólicas;

- Desenvolver trabalhos de gerontologia, visando atender os idosos da sede;
- Realizar gincanas, bem como capacitar multiplicadores para que realizem atividades desse cunho com periodicidade;
- Assessorar o desenvolvimento de atividades fundamentadas na proposta de tecnologia social;
- Realizar palestras sobre resíduos e lixo, na sede, incluindo os bairros, e nas comunidades;
- Oferecer oficinas sobre compostagem de resíduos orgânicos na sede;
- Oferecer palestras sobre o uso domiciliar da água;
- Realizar oficinas na tentativa de conscientizar os são-gabrielenses sobre a importância da Amazônia para o mundo;
- Realizar oficinas sobre a organização do processo produtivo e alternativas de comércio;
- Oferecer palestras sobre desenvolvimento sustentável;
- Assessorar a implantação de cooperativas de beneficiamento de produtos da floresta, como, por exemplo, a confecção de artesanatos a partir da matéria prima local;
- Participar do processo de desenvolvimento turístico municipal, contribuindo conforme a necessidade do poder público municipal.

Conclusão

Depois de 15 dias participando do Projeto Rondon, observamos que o objetivo de “inocular” o vírus da brasilidade nos estudantes foi atingido. Os rondonistas estavam muito mais conscientes de sua responsabilidade de garantir que a Amazônia deve continuar sendo brasileira. Todos entenderam o importante papel das Forças Armadas na defesa da região e a grande maioria mudou de opinião sobre os militares. Perceberam que são brasileiros

exatamente iguais a todos os outros, tendo apenas um trabalho diferente daquele normalmente encontrado na vida civil, ou seja “são gente como a gente” e que todos temos um objetivo comum: *manter o Brasil para os brasileiros*.

Referências

Nosso Futuro Comum. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO. **Wayuri: boletim informativo.** Ano XIII; ed. 03.

FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO; INSTITUTO SÓCIOAMBIENTAL. **Terras e comunidades indígenas no Alto e Médio Rio Negro.** 2004

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. **Lei orgânica municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. **Plano municipal de assistência social.**

Site do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística: **www.ibge.gov.br**

Site do Instituto Sócioambiental: **www.socioambiental.org**

Site de apresentação do município de São Gabriel da Cachoeira: **www.sgcnet.com.br**